

A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político no contexto da década de 1980

Larissa Viegas de Mello Freitas¹

Esta comunicação procura pensar, dentro de uma abordagem historiográfica, a trajetória de mulheres na formação de movimentos sociais de mulheres no campo, no período do início da década de 1980, a partir da investigação de algumas nuances do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. De forma mais específica, o objetivo é investigar a formação desse movimento social a partir das trajetórias de duas mulheres, são elas Rosalina N. Silva e Luci Choinacki, que participaram ativamente desse processo organizativo. A intenção é levantar algumas discussões acerca do papel que as próprias mulheres tiveram no percurso inicial da organização desse movimento de mulheres rurais, procurando observar, dentre outras questões, que determinados fatores presentes na história desse movimento, por vezes, são utilizados para ofuscar a importância que elas tiveram nesse processo.

Um exemplo disso é o protagonismo que é geralmente atribuído a Igreja Católica “progressista”, ligada a Teologia da Libertação (que na época tinha uma atuação fortemente voltada para questões sociais) na mobilização de muitas mulheres em movimentos sociais, que acaba desvalorizando a importante atuação que as próprias mulheres tiveram nesse período. Dessa forma, intencionamos demonstrar que o protagonismo das mulheres do campo ocorreu para além da Igreja. Isso quer dizer que a Igreja Católica teve um papel inicial importante para a organização de muitos movimentos sociais no campo no contexto do início dos anos 80, porém, diferentemente do que muitos estudos e discursos têm afirmado, ocorreu um significativo protagonismo também por parte das mulheres para que esses movimentos se organizassem.

Como fontes principais para a estruturação deste trabalho serão utilizados, sobretudo, relatos de memória², cujas entrevistas³ com as referidas integrantes do

¹ Estudante de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CNPq.

² Como suportes teóricos relacionados a utilização de fontes orais serão utilizadas algumas conceituações propostas por: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202; FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso em setembro de 2010;

movimento acima explicitado foram realizadas entre os anos de 2007 e 2009, que presenciaram e que fizeram parte de sua formação. Tais entrevistas serão cotejadas por discussões bibliográficas acerca desse tema, além de serem relacionadas a algumas discussões acerca do campesinato e da categoria gênero.

O campesinato é entendido aqui como uma categoria de análise histórica. Nesta investigação será utilizada a conceituação acerca do campesinato que está presente na obra: “Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas – O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980”, organizada por Bernardo Maçano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo, em que é definido:

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. [...] A categoria é reconhecida pela produção em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. [...] Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais) que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa). Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como uma categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referencia identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns [...]. (FERNANDES [et. al.], 2009: 14)

FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996; BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004 e BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

³ É preciso pontuar, no entanto, que dessas duas entrevistas que serão utilizadas como fontes, o relato de Luci Choinacki será mais mencionado do que o de Rosalina por uma questão de aproximação maior das falas dela com a proposta deste artigo.

Os estudos de gênero seguem esta mesma perspectiva de serem definidos como uma categoria de análise histórica e, partindo-se dessa premissa, o objetivo nesta monografia é fazer uma apreciação que evidencie que as práticas sociais e culturais dos sujeitos são historicamente construídas, observando-se que isso interfere na construção de suas subjetividades e nas suas práticas discursivas. Neste sentido, estamos entendendo por gênero, o conceito proposto por Joan Scott que indica que

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial repousa sobre a relação fundamental entre duas posições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às ações de poder. (SCOTT, 1990: p 14)

Tal perspectiva de gênero será utilizada juntamente com a categoria mulheres⁴ - que neste caso são as mulheres rurais/camponesas – em que serão observadas suas configurações dentro do movimento social em questão.

O período do final da década de 1970 foi marcado no Brasil, por um lado, pelo que ficou conhecido por “abertura política”, e por outro lado pela emergência de inúmeros movimentos sociais que foram surgindo naquele momento tanto em meios urbanos, como em meios rurais. Skidmore (1991: 413) indica que nesta época ocorreu uma notável aceleração do ativismo sindical a partir da experiência das greves lideradas pelos metalúrgicos do ABC paulista, uma das principais áreas industriais do país até então, ocorridas nos anos de 1978 e 1979, em uma fase de transição entre os governos de Geisel e Figueiredo, respectivamente. De acordo com o autor:

Embora a atuação dos metalúrgicos de São Paulo recebesse grande publicidade, não foram eles somente que recorreram à greve em 1979 em prol de suas reivindicações. A atmosfera de abertura e os precedentes criados pelo movimento operário paulista, juntamente com o aumento da inflação (41 por cento em 1978 e 77 por cento em 1979), levaram os trabalhadores de outras categorias a agir. Os motoristas de ônibus e os professores do Rio entraram em greve em março, como também os garis. Em Belo Horizonte os trabalhadores na construção civil promoveram distúrbios, sobressaltando aquela cidade tradicionalmente conservadora. Outros setores atingidos pela greve foram o siderúrgico, o portuário, o de transporte de carga de caminhão [...]. Essas greves ajudaram a transformar a atmosfera das relações

⁴ Esta categoria também é utilizada de acordo com as discussões propostas por Joan Scott, que estão presentes em: SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63 – 96.

trabalhistas (e conseqüentemente políticas) [...] (SKIDMORE, 1991: 417).

As colocações de Skidmore nos levam a pensar que o operariado paulista contribuiu em larga medida para uma espécie de movimentação grevista sintomática pelo país a partir das greves que impulsionaram no ABC; pois a partir de então foram criados os precedentes para uma série de reivindicações posteriores em diferentes localidades. E, de fato, essa experiência grevista dos metalúrgicos da cidade de São Bernardo do Campo modificaria profundamente uma série de estruturas sindicais em várias cidades brasileiras. Outro ponto importante é que essas greves ocorridas em grande proporção no Brasil, sobretudo a partir do ano de 1979, contaram com o importante apoio de setores progressistas da Igreja Católica, como a CNBB⁵. (FAUSTO, 2004).

Ainda de acordo com Skidmore, duas das mais importantes expressões da sociedade civil que emergiram nesta época do final dos anos 70, foram o chamado “novo sindicalismo” e os “católicos radicais” que apoiaram as greves desses trabalhadores. E este elo estabelecido a partir de então forneceu um respaldo importante contra a repressão que foi empreendida por parte do Estado a esses trabalhadores que fizeram as greves (SKIDMORE, 1991:415).

O “novo sindicalismo” que emergiu dessa movimentação grevista protagonizada pelo operariado paulista inaugurou, de acordo com Scherer-Warren (1989), novos parâmetros organizativos. Dentre tais parâmetros podemos destacar: autonomia frente ao Estado, organização e mobilização pelas bases, negociações diretas entre empregados e patrões sem intervenção governamental, criação de uma democracia interna ao movimento e uma nova forma de organização, trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho (POLI, 1999:77).

Como pode ser notado, esse contexto do final da década de 1970 foi marcado pela emergência de um novo sindicalismo urbano bastante representativo em âmbito nacional. Esse sindicalismo teve ramificações que se estenderam por diversos locais do país, inclusive em áreas rurais, através da formação ou da reestruturação de sindicatos rurais⁶. POLI (1999) nos indica que:

⁵ Ver FAUSTO, Boris. O Regime Militar: 1964-1985. In. **História do Brasil**. Ed. USP, 2004.

⁶ Ver TEDESCHI, Losandro A. **Mulheres camponesas na região noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações sociais**. Doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos,

A partir do final dos anos 70 e início dos 80, iniciou-se, no campo, a formação de um movimento sindical paralelo àquele sindicalismo oficial. Suas orientações eram paralelas àquelas do “novo sindicalismo” urbano, ou seja, autonomia frente ao estado, organização pelas bases, segundo princípios de uma sociedade democrática, e socialista (POLI, 1999:78).

O sindicalismo rural oficial que vigorava até então era atrelado ao Estado desde 1964, e limitava-se basicamente a práticas assistencialistas e na manutenção de determinados mecanismos de controle que evitassem a organização de massas (POLI, 1999:78). E a partir daquele período em diante, os ideários propagados por esse “novo sindicalismo” que emergia foram alguns dos fortes impulsionadores para o surgimento de várias movimentações sociais em diversas áreas rurais do Brasil.

No caso específico da região sul as ramificações do chamado “novo sindicalismo” surtiram bastante efeito. No Estado de Santa Catarina, por exemplo, sobretudo na sua região oeste (que foi onde surgiu o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina) várias movimentações sociais no campo ocorreram neste período inspiradas por esses novos parâmetros organizativos.

Poli (1999) aponta que no oeste catarinense nessa época também se inaugurou o movimento de renovação do sindicalismo rural que ia exatamente em direção da linha do chamado “novo sindicalismo”, tornando-se mais combativo, em que “[...] suas principais bandeiras de luta foram a reforma agrária, melhores preços dos produtos agrícolas, a mudança da política agrícola e a democratização na distribuição de crédito para a agricultura” (POLI, 1999:80). Neste sentido, muitos dos movimentos surgidos no país naquela mesma conjuntura, tais quais os chamados Sindicatos Combativos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou o Movimento dos Atingidos por Barragens, por exemplo, também surgiram no estado. O Movimento de Mulheres Agricultoras também emergiu inserido nesse contexto (POLI, 1999:78).

Em grande medida, a Igreja Católica progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Terra, orientadas pela chamada Teologia da Libertação⁷, forneceram considerável respaldo para a organização desses movimentos em suas fases iniciais. A organização de muitos movimentos sociais no campo foi

UNISINOS, Rio Grande do Sul, 2007.

⁷ A teologia da libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos 70, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da Igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos. Ver DABOIT, 1996: cap. 2.

ocorrendo de forma gradativa no decorrer desse período do final da década de 1970 e início da década de 1980. Eram reuniões inicialmente propostas por clérigos ou agentes pastorais e aconteciam nos moldes de grupos de reflexão, no interior do espaço das Igrejas, de forma mista. Além disso, discutiam variados temas de forma crítica voltados para a realidade cotidiana da região onde as pessoas viviam; quais eram as dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores com relação à expropriação crescente de terras, dificuldades com o plantio, discussões sobre a falta de auxílio do governo, reflexões em torno das transformações que estavam ocorrendo diante da campanha governamental de modernização do campo, crescimento do latifúndio em detrimento da pequena propriedade, sobre reforma agrária, dentre outras coisas (DABOIT, 1996: cap. 2).

Naquele momento a participação da Igreja poderia garantir três condições fundamentais para as pessoas que estavam engajadas nesses movimentos: maior proteção frente à repressão existente; o reconhecimento dos movimentos que se organizavam; e uma espécie de “mediação” entre comunidade e governo. Mas apesar de prover de certa autonomia perante o Estado e de ter podido, em muitos casos, denunciar e lutar contra a repressão e omissão deste, essa intercessão da Igreja não conseguia impedir que a perseguição a muitos desses movimentos ocorresse, na medida em que havia naquele período ditatorial uma tendência por parte do governo militar brasileiro em ver em qualquer problema agrário a possibilidade de insurreição interna⁸; e isto aumentava a repressão destinada a muitos dos movimentos sociais no campo que se formaram neste período.

Devido a grande extensão territorial Brasileira, podemos observar que houve a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região, mas que muitas vezes se assemelhavam nas pautas reivindicativas. Como exemplos, podemos citar os movimentos que se organizaram em Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Goiás e em Santa Catarina⁹. Celecina de Maria Veras Sales, em um estudo sobre a atuação de mulheres em movimentações sociais no meio rural do Ceará afirma que

⁸ Ver MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: VOZES, 1984.

⁹ É importante salientar que em outros estados que não estão sendo mencionados também existiram movimentos rurais de mulheres que se organizaram nesse período, como é o caso de Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, dentre outros.

O despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho das mulheres data da década de 1980. Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres (SALES, 2007:445).

Em Minas Gerais, Manoela de Sousa Magalhães, em sua pesquisa de mestrado sobre as mulheres trabalhadoras rurais Mineiras, observou que

[...] a história de organização e luta das mulheres camponesas no MMC -MG remonta, segundo suas lideranças, às primeiras organizações de trabalhadoras rurais, agricultoras e camponesas desde o início dos anos 1980 a partir da organização do novo sindicalismo, das organizações ligadas à igreja, como as CEBs e a CPT e também junto a partidos políticos (MAGALHÃES, 2008:1998).

Outro exemplo que pode ser citado é a organização de mulheres ocorrida no Estado de Pernambuco, em que foi fundado, no ano de 1982, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) por um grupo de mulheres no sertão do Estado. Millie Thayer, em seu artigo “Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão”, indica que: “[...] o MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade”. (THAYER, 2001:104)

Por meio desses estudos é possível perceber que muitas mulheres estavam se organizando nesse mesmo período em várias partes do país, possuindo reivindicações muito próximas que eram ligadas, em sua grande maioria, à ampliação do espaço de atuação da mulher em várias esferas sociais; e isso foi se tornando constante no decorrer de toda a década de 1980. Seguindo nessa mesma direção, Jacir L. Casagrande, em sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo, enfocando as mulheres agricultoras de Santa Catarina, observou que

[...] em Santa Catarina, o Movimento de mulheres agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. Por um lado a problemática vivida pela pequena produção, no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam embora de forma anônima (CASAGRANDE, 1991:37).

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)¹⁰ foi um movimento em que a Pastoral da Terra, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) exerceram importantes papéis na estruturação deste e de outros grupos de mulheres no campo (DABOIT, 1996). Muitos dos movimentos de mulheres no meio rural brasileiro começaram a surgir num momento em que as mulheres perceberam, a partir de discussões em reuniões nos moldes de grupos de reflexão, mediados inicialmente pela igreja, o quanto seus espaços de atuação política eram reduzidos, como suas vozes não eram ouvidas e como eram subjugadas e, muitas vezes, submissas aos homens.

É possível constatar também que essas organizações militavam reivindicando questões, em sua grande maioria, ligadas, por um lado, a problemática vivida na área rural com relação ao acesso a terra e a reprodução da vida camponesa, e por outro, começavam a lutar pela ampliação do espaço de atuação das mulheres rurais em várias esferas sociais, e isso foi se fazendo presente durante toda a década de 1980.

No caso específico do movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina é importante frisar que o processo de organização desse movimento ocorreu de forma gradativa com o importante empenho de agentes pastorais, que já há algum tempo estavam fazendo trabalhos de base na região, em um momento em que, de acordo com Poli (1999), é preciso reconhecer

[...] a influência decisiva desse processo de mobilização e organização mais abrangente que estava surgindo e dos seus agentes, especialmente do movimento sindical e de setores da Igreja. Ou seja, o surgimento de um processo de mobilização e organização de movimentos sociais no final dos anos 70 e início dos anos 80, onde os camponeses passaram a entender as causas da miséria e de sua exclusão, onde as formas de exploração começaram a ser desvendadas e discutidas, parece ter sido de grande importância para a consolidação da identidade de “mulher agricultora” e para sua organização num movimento próprio (POLI, 1999:125).

Este autor enfatiza que o movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina foi germinado a partir de atividades pastorais que ocorriam no espaço da Igreja, nas CEBs, que eram organizadas pela Comissão Pastoral da Terra. Iniciou-se de fato no distrito de Itaberaba, no município de Chapecó, que fica na região oeste do Estado. A

¹⁰ Este movimento mudou de nome no ano de 2004, passando a se chamar Movimento de Mulheres Camponesas – SC (MMC/SC), a partir de uma convenção nacional que reuniu vários movimentos de mulheres rurais de todo o Brasil que, em linhas gerais, decidiram atuar conjuntamente em seus direcionamentos, unificando seus nomes; dessa maneira, muitas áreas rurais de mais de 23 estados brasileiros possuem nos dias de hoje um Movimento de Mulheres Camponesas.

grande questão que estava sendo discutida na ocasião dizia respeito a organização sindical dos trabalhadores rurais da região. Nos grupos de reflexão que ocorriam, as discussões em voga eram em torno da formação de uma chapa de oposição para a renovação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, uma vez que a composição daquele momento não satisfazia as necessidades e reivindicações dos agricultores (POLI, 1999:126).

Quando foi tomada a decisão de se compor uma chapa de oposição para a conquista da direção Sindicato dos Trabalhadores Rurais, várias lideranças se juntaram, entre membros do clero, trabalhadores rurais, membros do recém-formado Partido dos Trabalhadores em SC, o PT, dentre outras. E dentro dessa organização estavam presentes algumas mulheres, que levantaram o questionamento da sindicalização das agricultoras, já que somente poderiam se associar aos sindicatos mulheres solteiras ou autônomas. Mulheres casadas não podiam se associar aos sindicatos, pois se considerava que já eram “devidamente representadas” pelos maridos (POLI, 1999:123).

E é bem sabido que na realidade social daquela época, em que determinadas tradições eram bastante rígidas, com muitos costumes machistas, as mulheres solteiras que se associassem a um sindicato não iriam ser muito bem vistas pela comunidade. Há um conjunto de significados que regiam determinadas sociedades rurais, como a do oeste de Santa Catarina, em que o predomínio de algumas práticas eram muito comuns, como por exemplo, a submissão feminina e a desvalorização de seu trabalho (TEDESCHI, 2009:187-202). E isso era encarado quase sempre como algo natural. Diante disso, o fato de algumas poucas mulheres que estavam presentes junto com seus maridos naqueles grupos de reflexão terem exposto sua opinião acerca da impossibilidade de sindicalização das mulheres, consistiu em um marco significativo para o início do Movimento de Mulheres Agricultoras.

A partir de então, essa discussão da participação sindical foi ganhando força, e atraindo a atenção de cada vez mais mulheres que participavam das Comunidades Eclesiais de Base e, além disso, foi contando com forte apoio de agentes Pastorais e do Bispo da arquidiocese de Chapecó, Dom José Gomes, uma figura proeminente no oeste Catarinense, que seguia fortemente os preceitos da Teologia da Libertação¹¹.

¹¹ Ver UCZAI, Pedro Francisco (org.). **Dom José Gomes:** mestre e aprendiz do povo. Chapecó: ARGOS, 2002.

Após a vitória da chapa de oposição sindical, que contou com forte participação das mulheres, foi sendo percebida a necessidade de uma organização maior das mulheres para reivindicarem por direitos específicos. E foi no ínterim das reuniões dos Grupos de Reflexão, que ocorriam nas CEBs, que passaram depois de um certo tempo a serem compostos especificamente por mulheres, que o Movimento de Mulheres Agricultoras foi formado, em maio de 1983, a partir de um encontro ocorrido em Itaberaba. Neste encontro participaram 28 mulheres, em que cada uma era representante de uma comunidade rural de uma região do Estado. A partir de então, foram definidos os parâmetros iniciais que iriam direcionar o movimento (POLI, 1999:124).

Com relação a esse primeiro encontro do Movimento de Mulheres Agricultoras, Odilon Poli Observa que

[...] o fato de ter sido promovido pela equipe de base na qual as mulheres agricultoras, eram até então, precariamente representadas e cuja liderança era exercida principalmente por homens (líderes camponeses e agentes de pastoral), revela que a iniciativa de estruturação do MMA, nos momentos iniciais deveu-se mais ao processo de mobilização e organização que começava a ocorrer na região, a partir do trabalho pastoral desenvolvido pela diocese de Chapecó, do que propriamente uma iniciativa das mulheres em si mesmas. Para se ter uma ideia do grupo que coordenou o encontro (representantes da equipe de base), faziam parte, pelo menos, três líderes sindicais (todos homens) e mais quatro líderes camponeses ligados à Equipe de Base (todos homens), três agentes de pastoral (dois homens e uma mulher) (POLI, 1999:124).

Uma das questões que podem ser problematizadas a partir do que Poli levantou em suas últimas falas é com relação a esse papel exercido pela Igreja progressista na organização do MMA. De acordo com este autor a iniciativa de organização deveu-se muito mais a ação dos Agentes Pastorais e do processo organizativo que ocorria na região, *do que propriamente uma iniciativa das mulheres em si mesmas [...]*. É perceptível uma sutil hierarquização¹² na fala desse pesquisador, quando coloca uma série de fatores acima da iniciativa das próprias mulheres de se organizarem.

E este não é um ponto defendido apenas por ele, mas também por outros pesquisadores, como Pedro Carlos Daboit, em sua pesquisa de mestrado, “Do socio-religioso ao socio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense”, em que nos coloca que

¹² Ver DUMONT, Louis. Para uma Teoria da Hierarquia. In:_____. **Homo Hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 369-375.

A iniciativa da tomada de consciência das mulheres agricultoras nos momentos iniciais, deveu-se em grande parte a esse processo organizativo que começa a ocorrer na região a partir do trabalho de pastoral desenvolvido pela diocese de Chapecó, do que propriamente de uma iniciativa das mulheres em si mesmas (sic) (DABOIT, 1996:36).

De fato, a Igreja e os agentes pastorais exerceram papéis fundamentais na estruturação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, mas talvez – e dizer isso pode até ser uma ousadia - afirmar que esse papel tenha sido determinante indique desvalorizar a importância que as próprias mulheres tiveram nesse processo. Afinal, não partiu de algumas mulheres o questionamento da sindicalização? E não foi a partir disso que o movimento começou a ganhar os seus primeiros contornos? Apesar de ter ocorrido inicialmente em espaços da Igreja e com forte apoio dos agentes pastorais, a emergência do MMA-SC foi também algo sintomático ao contexto da época; em vários outros lugares do país surgiam naquele momento, como pôde ser visto anteriormente, movimentos de mulheres no campo, com reivindicações semelhantes quando exigiam a ampliação da participação das mulheres em espaços públicos para lutarem, dentre outras coisas, por igualdade de direitos e garantias sociais (CASAGRANDE, 1991).

Não há dúvidas de que a atuação das Comunidades Eclesiais de Base em Santa Catarina tenha sido, em muitos momentos, significativa para a organização do Movimento de Mulheres Agricultoras, mas talvez não tenha sido a única e determinante motivação existente naquele momento. A partir das reuniões nos moldes de grupos de reflexão as mulheres passaram a entrar em contato com outros campos de ideias e por meio das experiências compartilhadas, foram começando a se analisar mais e a se valorizar mais enquanto mulheres, observando a necessidade de se posicionarem criticamente diante da realidade em que vivem, passando, desta forma, a perceber a necessidade de organização em um movimento específico de mulheres para conquistarem seus direitos.

Portanto, a Igreja progressista, ou seja, a CPT, as CEBs e os grupos de reflexão, tiveram inegavelmente uma participação importante nesse processo. No entanto, neste cenário havia igual importância para a atuação das mulheres e suas iniciativas diante de necessidades e expectativas próprias. A religião católica, de modo geral, exercia uma forte influência em determinadas áreas, sobretudo mais interioranas do país nessa época, como aquelas áreas rurais de Santa Catarina. Inclusive, muitas mulheres do MMA naquela fase inicial do movimento possuíam forte ligação com a questão religiosa

(SALVARO, 2010: cap.1). Por outro lado, é importante que se reconheça que as atividades desse movimento desde os primórdios de sua formação foram todas realizadas a partir de trabalhos conjuntos entre agentes religiosos engajados, mas também a partir do esforço e engajamento de várias mulheres que não estavam passivas diante de todo o processo de mobilização política que estava ocorrendo naquela região.

Até certo ponto, não há problemas em se afirmar a importância atribuída à Igreja nesse processo organizativo, até porque isso é inegável, como pode ser investigado em inúmeros estudos sobre esse tema e em relatos das pessoas que estavam ali presentes. Ocorre que, muitas vezes, o discurso que evidencia o papel da Igreja geralmente acaba ocultando o protagonismo dos outros sujeitos que participaram dos movimentos cuja instituição contribuiu para que se organizassem, no caso, as mulheres.

A iniciativa e, obviamente, a atitude das pessoas que estavam ali presentes foi relevante naquele processo, no entanto, muitas vezes tal fato acaba sendo desconsiderado, desqualificado ou negado. Uma inversão desse pensamento, talvez menos excludente ou determinista, é de que a relação que se estabeleceu entre as mulheres envolvidas na organização dos movimentos de mulheres e a Igreja foi uma via de mão dupla; uma relação recíproca esteve no cerne dessas movimentações.

Esse discurso que evidencia e que oculta aparece e se reproduz de inúmeras formas, como pôde ser visto nos estudos de Odilon Poli e de Pedro Daboit; mas o mais notável é que ele aparece muitas vezes nas falas das próprias camponesas. No caso do Brasil isso é bastante expressivo¹³. A fala de Rosalina Nogueira da Silva, integrante do MMA na época, é emblemática neste sentido :

A partir das Comunidades Eclesiais de Base, surgiu e despertou nas mulheres o interesse em se organizar em grupo para ter mais força de lutar em busca dos seus direitos. Isso aconteceu em 1983, no distrito de Itaberaba, o primeiro grupo teve 28 participantes. [...] A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças às CEBs, ligando a fé com a vida e a conscientização nos mostrando o rumo da organização¹⁴.

Pode-se perceber, a partir da fala de Rosalina, que há uma forte valorização do papel das CEBs para o desenvolvimento do MMA; e que a fé e o início da luta política, estavam fortemente relacionados, o que demonstra, de certo modo, que no imaginário

¹³ Ver DABOIT, Pedro Carlos. Op. Cit.

¹⁴ Rosalina Nogueira da Silva. Entrevista concedida a Gabriela Miranda Marques (por e-mail). Chapecó, Brasil, 09/05/2007. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História LEGH.

coletivo dessas mulheres a religião ocupou um papel muito importante para o “despertar” político das mesmas.

Por outro lado, em outro memento de seu depoimento, Rosalina também salienta que: “A mulher se despertou em busca da libertação, de se organizar, de buscar espaço, de se valorizar, de ter sua identidade e buscar seus direitos perante a sociedade [...]”¹⁵. Ou seja, ao mesmo tempo em que conferiu às CEBs o “despertar” político das mulheres do MMA, Rosalina também atribuiu às próprias mulheres essa busca por organização, que ocorreu quando elas passaram a se valorizar em outros espaços - não apenas naqueles ligados ao privado - e quando buscaram firmar uma identidade de mulheres agricultoras, algo que fortaleceria suas lutas.

No entanto este enaltecimento da importância de seus papéis na formação do MMA nem sempre aparece de forma consciente entre as camponesas. A fala de Luci Choinacki, uma das fundadoras deste movimento nos apresenta alguns pontos de reflexão neste sentido:

[...] como a gente tinha na época uma igreja bem progressista, e o bispo Dom José Gomes era uma figura extraordinária, foi uma figura que movimentou a política, que se entusiasmou pelas causas sociais, foi o líder e o homem mais corajoso que teve lá na história da região; quando todo mundo tinha medo de alguma coisa, ele ia e dizia, ele defendia os pobres, defendia os movimentos [...] E aí a gente foi se entusiasmando, e este entusiasmo vinha da gente se reunir em comunidades, e em comunidade a gente discutia a bíblia, a vida e o que fazer; neste o que fazer é que a gente começou a se incomodar com situação. E logo no começo as mulheres, a gente começou a questionar as nossas vidas de trabalhadoras rurais.

[...] E nesse espaço que nós começamos a nos organizar, tinha a Pastoral da Terra, que já havia líderes em todo o Estado, e aí nós começamos a organizar os movimentos sociais através das idéias da própria Igreja, ela foi fundamental e estratégica, a Igreja, através do Bispo Dom José Gomes.

[...] e aí o próprio Bispo Dom José disse que nós tínhamos que nos organizar, e nós aprendemos ligeiro a lição: ‘tem que organizar e participar’. Aí começou o grupo de mulheres em Chapecó, na região, e aí nós começamos a discutir vários pontos que se tornaram decisivos pra nossas vidas¹⁶.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Luci Choinacki. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas. Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

Esta foi a parte inicial da entrevista. Luci começou a falar e a sequencia, no que se refere aos temas religião/Igreja, foi exatamente essa. No trecho que segue, Luci retomou este tema, num momento quase final da entrevista, em que novamente foi atribuída ênfase as CEBs e a Pastoral da Terra, como se constatar a seguir

Luci - A partir das Comunidades Eclesiais de Base, foi se construindo lideranças que despontavam a partir disso. A Pastoral da Terra, que é uma parte da Igreja ligada a Teologia da Libertação, começou a chamar a participação das mulheres...

Larissa – Mas essas chamadas ocorriam nas missas? Ocorriam onde?

Luci - Ocorriam através de uma liderança pela outra. O dia em que vieram me buscar pra eu participar de uma reunião, eu estava na roça. Era o presidente do sindicato, mais o assessor do sindicato vieram na roça, eu estava trilhando soja, estava plantando soja e vieram me convidar pra ir pra uma reunião, eu fui assim. Como tinha as lideranças que já participavam, eles iam olhando as mulheres que se destacavam um pouquinho mais, uma que falava, que fazia uma pergunta, duas, já era chamada pra participar. Então dessa forma que foram juntando as mulheres pra participar. Pra ajudar na formação do sindicato de uma forma ou de outra, ou na Igreja, dando visibilidade, eram chamadas, e eu fui chamada desse jeito.

Eu fui pra uma reunião inclusive, pela Pastoral da Terra, em maio, época em que a gente colhia soja, era em Xanxerê, e era pra discutir a aposentadoria dos agricultores e agricultoras; e daí uma mulher que eu não gostei nada, e eu acredito que 99,9% não gostou dela também, ela falava com os agricultores de uma forma que não combinava com o que a gente estava pensando, e eu fui me segurando, me segurando, até que eu levantei a mão; e ninguém falava e eu já estava incomodada e levantei a mão e disse que discordava do que ela estava dizendo e acabou a reunião e o pessoal me aplaudiu e eu sem querer caí na linha de frente. Eu nunca pedi pra fazer isso, mas eu não gostei e todo mundo não gostou, e nós tínhamos uma outra concepção, e o que a gente estava discutindo era uma outra concepção de aposentadoria e ela veio e trouxe uma outra, nós não gostamos nada dela. E foi desse jeito que eu comecei a participar, e naquele dia já me chamaram na Pastoral da terra, e nós fomos nos organizando e foi assim, no andar do processo[...].¹⁷

O enaltecimento da Igreja Católica na fala de Luci é bastante visível em vários aspectos. Aparece nas referencias as CEBs, a Pastoral da Terra e, sobretudo, na figura chave, de D. José Gomes. Luci indica em vários momentos que o início de sua participação política foi a partir da atuação da Igreja progressista de Chapecó. Todavia, Luci teve um protagonismo inicial tanto individual, quanto aquele que veio juntamente com o respaldo proveniente da instituição católica, mas que ela mesma acabou

¹⁷ Idem.

ofuscando devido a força do discurso que foi sendo reproduzido sobre a importância “imprescindível” da Igreja para as populações rurais e, sobretudo, para as mulheres, naquela época. Contudo, outro trecho de sua fala demonstra que ela teve participação ativa no processo inicial de sua própria trajetória política

Então, as mulheres do campo, essa foi a formação que a gente recebeu, que precisava obedecer e trabalhar. Quando eu tinha uns dez, onze anos, eu questionava a minha mãe, ela me dizia: “Minha filha, depois que tu casar vai ser assim” E eu dizia: “Meu Deus, se for isso eu quero outro caminho.” E ela dizia: “mas não pode.” E eu falava: “Mas quem disse que a gente tem que ficar aguentando?” E isso que eu amava meu pai, mas eu dizia: “Mas o pai não trata bem a mãe, ele não valoriza o que a mãe merece de valor.” Então era um rompimento, uma não aceitação daquela dominação.

[...] eu sempre fiquei trazendo alguma coisa de não ficar aceitando naturalmente as coisas. E depois de muitos anos nessa situação de ficar trabalhando em casa, levando a vida nesse tipo, e aí depois eu comecei a participar das Comunidades Eclesiais de Base em 79, início dos anos 80 [...]¹⁸

Como pode ser notado, o questionamento, a não aceitação e a própria motivação para as mudanças com relação a sua condição de vida e sua situação de submissão, partiram dela antes mesmo de começar a participar dos Grupos de Reflexão promovidos pelas CEBs.

Aqui vale um complemento para ampliarmos um pouco mais a reflexão no que se refere ao Concílio Vaticano II e suas ramificações nos referidos movimentos sociais. De acordo com a expressão que a própria instituição católica passou a se auto-denominar após esse Concílio – que era “Igreja Renovada” – esta igreja se renovou por motivos que não são isentos de múltiplos significados. A aproximação maior entre clero e fiéis que foi definida pelo Concílio, ou mesmo a opção pelos pobres, que geralmente são os dois mais conhecidos pilares da renovação católica dessa época em diante, não emergiram de forma neutra ou desligados de uma conjuntura mais ampla.

A Igreja Católica, no caso da América Latina, antes do Concílio Vaticano II passava por uma “crise de fé” em que ocorria uma diminuição cada vez maior de adeptos. Tinha-se uma igreja hierárquica, vacilante, dividida e que era, de modo geral, muito mais apoiadora dos governos e das elites do que da população mais pobre¹⁹. E, além de tudo, existia um contexto pós-guerra fria em que era importante que se evitasse

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ver CAMPIGOTO, José A. A Criação da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina. In. SOUZA, Rogerio Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

a ameaça comunista; e nesse sentido, a Igreja deveria se aproximar mais dos leigos para orientá-los para o caminho “correto”²⁰. Ademais, foram surgindo movimentos mais populares dentro da própria estrutura eclesiástica que protestavam contra antigos direcionamentos considerados conservadores e arcaicos e reivindicavam por renovação²¹.

E foram nesses termos, dentre outros, que o Concílio foi convocado para que fossem definidos os novos rumos na mudança de agir da Igreja Católica. Bourdieu (1990:119 -125) na obra “Coisas Ditas” possui um capítulo especificamente destinado para discutir algumas questões relacionadas ao campo religioso. No capítulo intitulado “A dissolução do religioso”, que foi produzido a partir de uma conferência realizada no ano de 1985, esse autor nos ajuda a pensar em determinadas questões relacionadas às diferentes maneiras de se desempenhar o papel religioso, observando que

Hoje em dia já não se percebe muito bem onde termina o espaço em que reinam os clérigos (no sentido restrito de clero). Ao mesmo tempo toda a lógica de lutas se acha transformada. Por exemplo, no confronto com os leigos, os clérigos são vítimas da lógica do Cavalo de Tróia. Para se defenderem contra a concorrência de tipo novo que certos leigos lhes fazem indiretamente [...] eles são obrigados a emprestar armas do adversário, expondo-se a serem levados a aplicá-las a si mesmos [...].

[...] Assiste-se então a uma redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo [...] (BOURDIEU, 1990:121 -122).

Tais considerações, se aplicadas ao contexto específico deste estudo, permitem pensar que esse papel exercido pela Igreja tinha um caráter também de adequação para tentar se manter enquanto uma instituição influente em determinados setores da sociedade. E para que isso ocorresse precisaria redefinir determinados parâmetros; precisaria redefinir seus limites, se ampliar, enfim, se renovar.

Ou seja, a força desse discurso propagado, de que a igreja teve um papel central naquelas comunidades rurais também tinha um propósito de conquista de fiéis para a religião católica; e é nesse sentido que todo um discurso foi sendo construído indicando que era a Igreja renovada a fornecedora central do respaldo que fosse necessário para que os movimentos se organizassem – principalmente os movimentos de mulheres.

²⁰ Idem.

²¹ A Teologia da Libertação, inclusive, originou-se a partir desses movimentos. Ver CAMPIGOTO. Op. Cit.

Como se pode notar, o papel desempenhado pela igreja no meio rural foi marcado por inúmeras complexidades e controvérsias, pois a religião, de certa maneira, influenciava profundamente, sobretudo naquele período, em aspectos simbólicos seculares do universo camponês. Neste sentido, Renk (2001) nos aponta para a postura ambígua da atuação da Igreja Católica naquela época, indicando que, se por um lado a atitude da Igreja foi marcada naquele momento específico por sua atuação progressista, por outro lado, havia sido marcada anteriormente por sua postura profundamente normativa, e isso preponderou ao longo um período muito maior, que se refletia ainda em muitos comportamentos, posturas e mentalidades.

Voltando para o que estava sendo discutido a partir da última fala de Luci, e procurando fazer uma conexão com o que acabamos de colocar, obviamente, não queremos com essa análise desmerecer a importância do papel exercido pelas CEBs na organização das mulheres camponesas, mesmo porque, uma entrevista indicando o protagonismo de uma camponesa, talvez não seja suficiente para representar todas as mulheres que participaram das CEBs e posteriormente do MMA. É sabido, como comentado por Luci, que as mulheres oriundas do campo eram educadas, de modo geral, para *obedecer e trabalhar*, e até mais do que isso, para servir e procriar. Muitas dessas mulheres mal saíam de suas casas, e quando saíam era para ir a missa aos domingos e ainda junto com os maridos²².

No entanto, se todas as mulheres que moravam em localidades rurais aceitassem passivamente determinadas condições da realidade em que viviam, talvez nunca nenhum movimento de mulheres no campo tivesse se organizado. E não foi isso que aconteceu. Foi o contrário, já que naquele contexto da década de 80 várias organizações de mulheres rurais emergiram. E é neste sentido que a valorização inicial dessas trajetórias é significativo para a história do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina; para a desconstrução de determinados estereótipos; para um entendimento mais complexificado da história do campesinato.

Não conseguimos encontrar, por exemplo, quem foram aquelas mulheres que questionaram inicialmente a questão da associação no sindicato rural. Ou mesmo aquela que foi contestada por Luci e que foi antipatizada por 99,99% dos que estavam presentes na reunião em Xanxerê, como relatado por ela, mas que ainda assim se

²² Idem.

pronunciou e estimulou uma outra mulher a se pronunciar contra o que o que estava sendo dito, em um lugar em que não era comum mulheres expressarem suas opiniões ou serem levadas a sério. Essas mulheres são pouco lembradas em relação a outros eventos, e em determinadas narrativas históricas. No entanto, foram elas que deram um primeiro passo para um novo olhar nas relações de gênero naquela região.

A necessidade de se organizar em um movimento composto especificamente por mulheres se fazia cada vez mais presente na medida em que as mulheres que estavam se mobilizando – como já foi visto, nos sindicatos, na Pastoral e nas CEBs – percebiam que determinadas reivindicações não eram alcançadas. Por exemplo, Luci Choinacki relata que após muitas mulheres terem trabalhado juntamente com os homens nos chamados Sindicatos Combativos com o objetivo de conseguirem a vitória da chapa de oposição, ainda assim, as mulheres continuaram a não ter direito a voto ou a ter sua opinião considerada na nova gestão sindical. A esse respeito Luci nos diz ainda

[...] nós formamos vários sindicatos combativos; nós, os pelegos, formamos vários sindicatos, era época da convenção depois da CUT, e assim por diante... E aí nós lá no sindicato ficávamos do lado de fora, nós carregávamos os homens pra dentro, e depois ficávamos só olhando o que eles iam fazer [...].²³

A nova diretoria do sindicato tomou posse no em fevereiro de 1982, e o Movimento de Mulheres Agricultoras surgiu oficialmente no dia 1º de Maio de 1983 (CASAGRANDE, 1991: cap.3). Transcorreriam, então, 13 meses até que o MMA se organizasse efetivamente. E foi nesse meio tempo que essa situação de “*ficar de fora*” a que Luci se refere, deve ter ocorrido. Assim, a motivação para que as mulheres se organizassem também deve ter aumentado na medida em que percebiam a continuidade de sua desvalorização, mesmo tendo participado ativamente das atividades pastorais e sindicais das comunidades em que viviam²⁴.

Em um trecho de outra entrevista que está presente no artigo sobre as memórias de Luci Choinacki, escrito por Maria Ignez Paulilo e por Cristiane Bereta da Silva, há também questões sobre este período:

A realidade do campo, no início dos anos 80 era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras ou cidadãs. Principalmente por meio da Igreja,

²³ CHOINACKI, Luci. Entrevista citada.

²⁴ Ver LAURINDO, Rosemeri. **Luci Choinacki**: a primeira camponesa eleita para o Congresso Nacional. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

começaram a discussão e articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras (CHOINACKI, 1998:26).

A organização do movimento começou a ocorrer a partir desses termos observados por Luci, e também por meio da identidade do MMA que foi sendo construída gradativamente, mediante o que Casagrande definiu como sendo “[...] a partir da realidade de dominação vivida pelas mulheres, tanto na unidade familiar como na sociedade. [...] É esse contexto de exploração e dominação que forja a emergência deste coletivo com identidade própria” (CASAGRANDE, 1991:30). Em entrevista, quando Luci foi questionada sobre o surgimento do MMA, respondeu que

[...] nesse período começou a brotar... Você sabe que, como dizem, quem conhece a terra, quando está bem fértil, assim que coloca na terra já brota... E foi assim que parece que brotaram os movimentos sociais, era um nascedouro, era uma coisa extraordinária, então era o movimento de mulheres, movimentos dos sem-terra, movimentos contra as barragens, pastorais, sociais, eram os sindicatos combativos, e aí surge também o PT nessa época, por meio disso tudo também surge o PT... E aí em 84 a gente já começou a fazer umas atividades maiores de mulheres na região, e tiramos bandeiras, até 85, 86, ficamos nos organizando; até nós formarmos o Movimento de Mulheres Agricultoras na época, e havia um machismo tão grande que pediam até pra mudar de nome, que diziam que o nosso movimento significava animais no cio, que não era mulher em movimento, movimento era criar uma nova energia, e nós dizíamos que ‘não, que ia continuar movimento mesmo, nós queremos criar uma nova energia, novas possibilidades...’ Mas nós não discutíamos teorias políticas, nós nos baseávamos nas nossas necessidades, tudo se movimentou pelas nossas necessidades. Eu me lembro que a gente fazia reuniões e colocávamos três perguntas no quadro: Como era a nossa vida? Porque era assim? E o que fazer? Eram perguntas “pé no chão”, mas foram estratégias que orientaram o que fazer. Aí nós levantamos já no início: ser reconhecidas como trabalhadoras. Dessas perguntas logo foram construídas as respostas, as perguntas nos trouxeram respostas. O reconhecimento de que nós trabalhávamos... Era uma coisa impressionante, como que nós, mulheres, nos tocamos, que nós não éramos trabalhadoras. O direito a participação nos sindicatos também²⁵.

A prática de debates a partir de questionamentos mais pragmáticos, como indicado por Luci, foi um dos componentes iniciais da organização: *nós não discutíamos teorias políticas, nós nos baseávamos nas nossas necessidades, tudo se movimentou pelas*

²⁵ CHOINACKI, Luci. Entrevista citada.

nossas necessidades. Essas necessidades já de início se manifestaram em direção primeiro pelo reconhecimento delas entre os movimentos sociais e, além disso, pelo seu reconhecimento como trabalhadoras. E nesse segundo ponto precisavam debater sobre sua própria realidade para se conscientizar de que determinadas condições poderiam ser alteradas e reconhecidas. A divisão sexual do trabalho a que eram submetidas se expressava na forma de jornadas duplas e até mesmo triplas de trabalho, em que trabalhavam na lavoura, na casa e no cuidado com os filhos. Essas práticas já estavam tão impregnadas como sendo práticas naturalmente femininas, que muitas mulheres consideravam que deveriam agüentar abnegada uma situação usual de submissão e desvalorização simplesmente por acreditarem ser aquela sua condição natural de mulher e, por isso, não precisariam ser valorizadas pelo seu trabalho, pela sua tripla jornada de trabalho²⁶.

Esse tipo de pensamento era muito comum naquelas comunidades rurais; e o trabalho iniciado a partir de lideranças que foram surgindo - as vinte e oito iniciais, dentre as quais estavam Luci - foi fundamental no sentido de ampliar a perspectiva daquelas mulheres de que era importante que se conscientizassem e se organizassem. A esse respeito Luci comenta

[...] nós nos movimentávamos por esses objetivos, de reconhecimento da profissão, já começávamos a discutir porque nós, mulheres não tínhamos direito a aposentadoria, previdência social, salário maternidade, o reconhecimento quando tinha um acidente de trabalho, porque a gente não tinha direito a uma cobertura da previdência... E aí com isso tudo, veio a participação política também; e aí nós começamos nesse “o porquê?” começamos a questionar por que ninguém nos representa? Nós só votamos em quem o marido manda, a gente não escolhe candidato, candidata, nós não opinamos sobre nada... Então nesses encontros foram se reformando as bandeiras, estávamos nos embalando, nos movimentando, construindo. [...]

Casagrande (1991) enfatiza que os anos de 1985 e 1986 foram aqueles de expansão inicial do movimento e também destaca esse papel de liderança exercido por Luci Choinacki. De acordo com Casagrande, a organização do MMA acontecia de diversas formas; em muitos municípios ocorria

[...] através de discussões iniciais sobre os problemas da agricultura e da mulher na agricultura, geralmente com o apoio do sindicato, da Igreja, dos Clubes de Mães ou CEBs. Em outros municípios, as mulheres foram estimuladas pela presença de membros da coordenação estadual ou da tão conhecida deputada Luci Choinaski,

²⁶ Ver: RENK, Arlene. Op. Cit.; PAULILO, Maria Ignês. Op. Cit.; e TEDESCHI, Lisandro A. Op. Cit.

que desde o início era da coordenação estadual do movimento e fora eleita em 1986 pelo partido dos trabalhadores (PT) para a Assembléia legislativa do Estado (CASAGRANDE, 1991:41).

Como pode ser notado, o papel exercido pela Igreja progressista na organização do MMA, representado pelas CEBs, pelos Clubes de Mães e, de certa forma pelos sindicatos (por meio da atuação dos agentes pastorais que ajudaram a organizar esses espaços) pode ser interpretado muito mais como uma atuação que foi compartilhada com a mobilização das mulheres – inclusive com a de Luci Choinacki – do que propriamente como uma iniciativa que partiu exclusivamente desses agentes religiosos para depois, sob a orientação deles, ter chegado a elas, “de cima para baixo”.

A partir do que pôde ser analisado é possível afirmar que, se por um lado aquele contexto a partir de 1975 foi propício para a emergência de inúmeras manifestações e organizações de movimentos sociais, por meio, dentre outras coisas, da atuação de organismos importantes como a Igreja Católica, por outro lado não se pode negar que atrelada a essa atuação estavam se mobilizando também outros diversos setores da sociedade civil.

O papel desempenhado pela Igreja Católica durante este período foi, em diversos momentos, muito significativo. O equívoco está, talvez, em se colocar esse papel em um lugar central de forma demasiada, como ocorre com certa frequência em determinados discursos, sejam eles acadêmicos, ou mesmo aqueles que são reproduzidos pelos sujeitos que vivenciaram as experiências juntamente com a Igreja dita “renovada” e que repassam com tanto entusiasmo tal experiência que acabam, muitas vezes, deixando de repassar nessas falas a importância de suas próprias trajetórias. Suas histórias acabam sendo narradas a partir de um ponto de vista de que só puderam ter êxito em determinadas conquistas, devido unicamente ao amparo proporcionado pelos membros do clero.

Dessa maneira, um dos principais objetivos aqui propostos foi exatamente procurar colocar em evidência que muitas mulheres – que aqui foram representadas pelas trajetórias de Rosalina e, sobretudo de Luci – já em fases iniciais, quando começaram a se engajar politicamente em movimentos sociais, foram sujeitos capazes de uma ação política organizada, mas, no entanto, não foi atribuído a elas o protagonismo devido por suas ações.

Como pôde ser notado, a partir de suas vivências, por meio de suas experiências pessoais, do compartilhamento dessas experiências, e de múltiplos outros fatores, foram acrescentados nessa fase de organização daquelas mulheres em movimentos sociais, outros elementos além daqueles que comumente são elencados como sendo os principais para que elas se organizassem, tais qual, a importância do papel que foi exercido antes de tudo por elas próprias naquela fase organizativa, por suas ações pioneiras, pelos questionamentos lançados por elas naquela fase inicial que também motivaram a organização dos referidos movimentos. Ou seja, processo que levou à organização daqueles movimentos de mulheres teve na atuação das próprias mulheres importantes impulsionadores que precisam ser devidamente historicizados.

E essas outras nuances desses protagonismos foram possíveis de serem vistas em suas fases iniciais, em grande medida, através da História Oral, por meio da análise das entrevistas, já que, como foi visto, as fontes bibliográficas acerca desse assunto geralmente não dão muita importância para esses aspectos e, além disso, as próprias camponesas naquele momento (e também em fases posteriores, em certas ocasiões) valorizavam de tal forma o papel exercido pela Igreja (além da própria Igreja, sempre que fosse oportuno, também enfatizar seu papel) que acabaram “deixando de lado” seu próprio lugar nesse processo inicial.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004

BOURDIEU, Pierre. A dissolução do religioso. In:_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990. p. 119 -125.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1991.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela etc. al. (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 226 *apud* PAULO, M. I. ; SILVA, Cristiani B. da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: Parry Scott; Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político:** a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

DUMONT, Louis. Para uma Teoria da Hierarquia. In: _____. **Homo Hierarchicus:** o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 369-375.

FAUSTO, Boris. O Regime Militar: 1964-1985. In. **História do Brasil.** Ed. USP, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, 2009.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso em setembro de 2010.

LAURINDO, Rosemeri. **Luci Choinaski:** a primeira camponesa eleita para o Congresso Nacional. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. **Trajetórias em Movimentos:** A construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: VOZES, 1984.

POLI, Odilon L. **Leituras em Movimentos Sociais.** 1. ed. Chapecó: Editora Grifos, 1999.

RENK, Arlene. Mulheres Camponesas: Experiência de Geração. In: MORGA, Antonio Emílio. **História das mulheres de Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Letras Contemporaneas; Chapecó: Argos, 2001.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem** [online]. 2007, vol.15, n.2, p. 445. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf>>. Acesso em janeiro de 2011.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença:** mulheres camponesas em lutas de gênero. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sul do Brasil: Seu Papel na Democratização da Sociedade. In: José Roberto de Sousa Dias. (Org.). **Santa Catarina em Perspectivas:** Os Anos do Golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Castelo a Tancredo 1964-1985. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista educação e realidade.** Porto Alegre, n° 16. jul-dez, 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUZA, Rogerio Luiz de; OTTO, Claricia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

TEDESCHI, Losandro A. **Mulheres camponesas na região noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações sociais**. Doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Rio Grande do Sul, 2007.

_____. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Orgs.). **Educação, gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados - MS: EDUFGD, 2009, v. 01. p. 187-202.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.1. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2010.

UCZAI, Pedro Francisco (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: ARGOS, 2002.